

15º Congresso de Inovação, Ciência e Tecnologia do IFSP - 2024

DOCENTES NEGRAS E NEGROS E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES): UMA INVESTIGAÇÃO NOS CURSOS DE ARQUITETURA E URBANISMO

GISELLY BARROS RODRIGUES¹, SOPHIA FAGUNDES PIRES²

¹ Professora e pesquisadora do Departamento da Construção Civil do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) Campus São Paulo, líder do Grupo de Estudos e Pesquisas das Relações Étnico-raciais no território, Arquitetura e Saneamento - GEPRETAS e integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - NEABI. Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Mackenzie (2018), giselly.barros@ifsp.edu.br.

² Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Bolsista PIBIC, IFSP, Campus São Paulo, sophia.fagundes@ifsp.edu.br. Área de conhecimento (Tabela CNPq): 6.04.01.00-1 Fundamentos de Arquitetura e Urbanismo

RESUMO: O Brasil apresenta uma contínua história de exclusão da população negra no sistema educacional, sendo o direito à educação uma das maiores reivindicações do movimento negro. Atualmente, os efeitos desta exclusão tornam-se evidentes principalmente no contexto do ensino superior. A partir dos anos 2000, políticas de ações afirmativas foram implementadas para aumentar o acesso de pessoas negras às Instituições de Ensino (IEs), resultando em uma maior diversidade étnico-racial entre os estudantes. No entanto, o mesmo não se refletiu gradativamente no corpo docente das IEs. Nesta pesquisa, é apresentado que a desigualdade permanece significativa, mesmo com a promulgação da Lei 12.990 de 2014, que estabeleceu cotas raciais para servidores públicos, muitas IEs não têm cumprido a legislação. Através da revisão bibliográfica e coleta de dados dos docentes no curso de Arquitetura e Urbanismo, recorte desta pesquisa, de quatro instituições - IFSP, IFBA, USP e UFBA - foi revelada a sub-representação de docentes negros na academia, especialmente na área de Arquitetura e Urbanismo, um curso considerado de maior prestígio, onde a disparidade racial persiste tanto na academia quanto no área profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Docentes negros; Negros na Arquitetura e Urbanismo; Ações afirmativas nas instituições de ensino; Lei 12.990/2014; Docentes negros na Arquitetura e Urbanismo

BLACK TEACHERS AND INSTITUTIONS OF HIGHER EDUCATION: AN INVESTIGATION INTO ARCHITECTURE AND URBANISM COURSES

ABSTRACT: Brazil has a long history of excluding the black population from the education system, and the right to education is one of the black movement's biggest demands. Today, the effects of this exclusion are especially evident in the context of higher education. Since the 2000s, affirmative action policies have been implemented to increase the access of black people to educational institutions, resulting in greater ethnic-racial diversity among students. However, this has not been gradually reflected in the teaching staff at the universities. This research shows that inequality remains significant, even with the enactment of Law 12.990 of 2014, which established racial quotas for public servants, many HEIs have not complied with the legislation. Through a literature review and data collection from lecturers on the Architecture and Urbanism course, the focus of this research, at four institutions - IFSP, IFBA, USP and UFBA - the under-representation of black lecturers in academia was revealed, especially in the area of Architecture and Urbanism, a course considered to be more prestigious, where racial disparity persists both in academia and in the professional field.

KEYWORDS: Black teachers; Black people in the Architecture and Urbanism; Law 12.990

INTRODUÇÃO

A desigualdade no campo da educação, o resultado foi a contínua exclusão do negro no sistema educacional, que persiste quase invisibilizada até hoje (Gonçalves; Ambar, 2015). Segundo Oliveira (2013), o acesso à educação contribui para que o sujeito compreenda seu direito de participar e interferir na vida pública de seu país, caracterizando seus direitos políticos. A negação de um direito

civil como a educação, restringe o acesso aos outros direitos, negando ao indivíduo o exercício pleno de sua cidadania.

No contexto específico do curso de Arquitetura e Urbanismo (recorte de pesquisa), que, de acordo com Rodrigues e Cruz (2021) pode ser considerado um curso de prestígio devido à sua maior valorização cultural e demanda candidato/vaga, verifica-se uma maior desigualdade em comparação a cursos menos valorizados. Além disso, a representatividade de arquitetos e urbanistas negros é baixa, como indicado pelo censo realizado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) em 2023, onde apenas 14,3% dos arquitetos se autodeclaram negros.

Essas desigualdades refletem a sub-representação de discentes e docentes negros, indicando uma discrepância em relação à distribuição étnico-racial da sociedade. Ao examinar os dados concretos, busca-se desenvolver narrativas que contribuam para uma compreensão mais abrangente sobre a representatividade de docentes negros no ensino superior de Arquitetura e Urbanismo, bem como as mudanças e avanços realizados até os dias atuais.

MATERIAL E MÉTODOS

Por meio da análise das políticas públicas relacionadas às cotas étnico-raciais para servidores públicos federais, da coleta de dados estatísticos sobre os docentes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e da revisão bibliográfica pertinente às IEs e ao acesso de discentes e docentes negros, foi construída uma narrativa que investiga as razões que justifiquem a baixa ou nula representatividade negra no meio docente, mesmo após a implementação da Lei 12.990/2014.

Foram coletados dados relacionados à autodeclaração étnico-racial no IBGE, o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) e o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH), o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) e o Anuário estatístico da USP, para analisar os percentuais de docentes negros nas IEs. A partir da coleta, foram realizadas análises quantitativas entre os docentes e a população negra dos municípios onde as IEs estão localizadas. Foram analisadas 4 instituições - IFSP, IFBA, UFBA e USP - em todas existem as faculdades de Arquitetura e Urbanismo, recorte de curso superior, objeto desta pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade de São Paulo (USP), localizadas nas cidades de São Paulo e Salvador, é possível observar nos gráficos 1 e 2 a proporção da população preta e parda em contraposição a proporção dos docentes pretos e pardos. Na cidade de São Paulo 43,49% da população se declara negra enquanto apenas 2,3% dos docentes da USP são negros, um déficit de 41%. Já em Salvador, 83,21% da população é negra enquanto apenas 40,40% dos docentes são negros, um déficit de 43%.

Gráfico 1: Percentual de docentes negros na USP e a população negra no município de São Paulo e 2022:

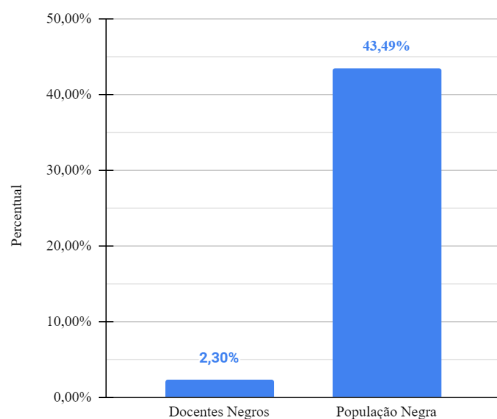
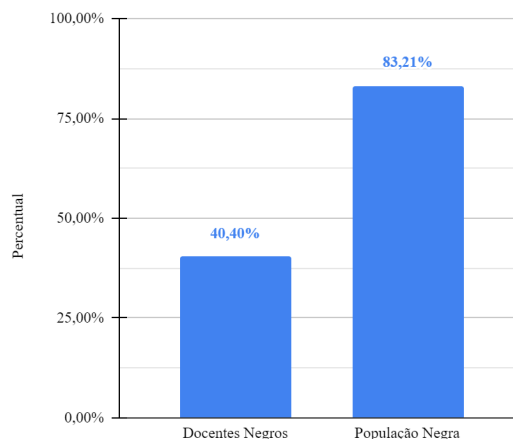


Gráfico 2: Percentual de docentes negros na UFBA e a população negra no município de Salvador em 2022:



Fonte: Anuário estatístico da USP, SIAPE/SIGRH UFBA (2022) e IBGE (2023), elaborado pelas autoras

A seguir, apresentamos um pequeno trecho descrevendo os IFs e os respectivos cursos de Arquitetura e Urbanismo para uma melhor contextualização.

O Instituto Federal de São Paulo (IFSP) foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e o curso de Arquitetura e Urbanismo teve início em 2014, sendo o único curso gratuito de Arquitetura e Urbanismo em São Paulo/SP, além da USP. O Instituto Federal da Bahia (IFBA) também foi criado pela mesma lei em 2008 e o curso de Arquitetura foi estabelecido em 2016. Ambos cursos foram fundados quando a Lei 12.990 já estava em vigor, no entanto, de acordo com os editais disponíveis nos sites, o IFSP só começou a abrir vagas para docentes negros em 2017, enquanto o IFBA o fez em 2016.

Ao analisar o número de docentes no quesito autodeclaração étnico-racial nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, considerado de maior prestígio, nos IFs São Paulo e Bahia, é possível aferir que no IFBA a proporção é próxima do município onde a IE localiza-se, no município há 73,6% de pessoas negras de acordo com o IBGE (2022) e os docentes negros na Arquitetura e Urbanismo totalizam 70% (Gráfico 4) - 7 professores, de 10 docentes ativos no curso. Enquanto no IFSP, 20 docentes ativos, apenas 5% (Gráfico 3) dos docentes são negros (uma professora) enquanto no município de São Paulo 43,49% das pessoas se autodeclaram negras.

Gráfico 3: Docentes de Arquitetura e Urbanismo no IFSP por raça/cor em 2024

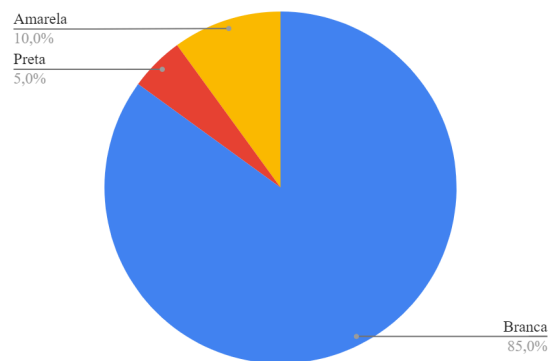
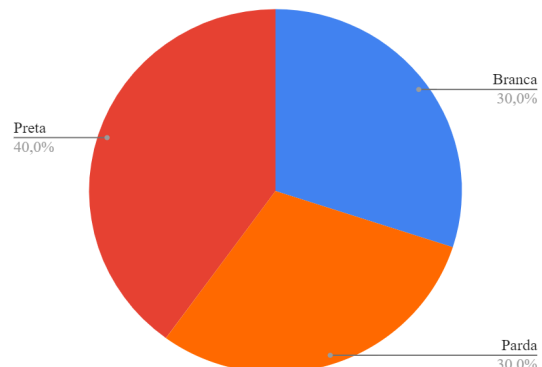


Gráfico 4: Docentes de Arquitetura e Urbanismo no IFBA por raça/cor em 2024



Fonte: SUAP, 2024, elaborado pelas autoras

É importante registrar que os dados étnico-raciais dos docentes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo dos IFs só foram obtidos com a colaboração de servidores que possuem acesso exclusivo ao sistema SUAP. Embora seja possível encontrar alguns dados através da plataforma do Nilo Peçanha, os étnico-raciais encontrados são apenas dos estudantes e, ainda assim, muitos estão incompletos e desatualizados. Fato ocorrido com frequência foi observado na pesquisa de Nogueira (2017), sobre o número de docentes mulheres negras no campus Florianópolis da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), “(...) a UFSC não coleta dados com o recorte de raça/cor, dificultando estudos e pesquisas que tenham como intenção, analisar a presença de docentes negras e negros. É possível afirmar que a não coleta de dados com o quesito raça/cor pode ser reflexo do racismo institucional” (Nogueira, 2017, p. 6).

Sobre as universidades analisadas nesta pesquisa - UFBA e USP - a seguir é apresentado um pequeno trecho descrevendo-as e os respectivos cursos de Arquitetura e Urbanismo. A UFBA foi inaugurada em 1808, enquanto o curso de Arquitetura foi fundado em 1877 junto com a Academia de Belas Artes, reconhecida como universidade em 1946, a IES faz uso das políticas de ações afirmativas para negros desde 2015. Foram encontrados os dados de raça/cor dos docentes da UFBA, porém, no recorte do curso de Arquitetura e Urbanismo os dados não foram encontrados. Ainda que o município de Salvador seja um dos mais negros do Brasil, com 83,21% de pessoas pretas e pardas, é possível observar a disparidade se comparado ao número de docentes negros (40,4%) na UFBA.

A USP foi criada em 1934 e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo foi fundada em 1948. Entre as IES analisadas, a USP é a única que disponibiliza publicamente os dados étnico-raciais tanto de docentes quanto de discentes de maneira acessível. No entanto, a instituição apresenta-se com maior desigualdade étnico-racial dentre as observadas. Por não ser uma instituição federal, não aplicou a Lei 12.990, e só depois de muitos tensionamentos, uma série de manifestações do movimento negro,

somente em 2023 foram adotadas políticas de ações afirmativas para docentes negros, tendo a primeira contratação em 2024. Para Kabengele Munanga, primeiro professor negro da USP:

A USP renunciou à sua posição de pioneira e vanguarda intelectual para assumir uma postura conservadora, presa ao darwinismo social dominado pelo discurso da defesa do mérito, da qualidade e da excelência, diante da exclusão do universo universitário de milhões de jovens de ascendência africana, indígenas e brancos pobres, oriundos da escola pública (Munanga, 2023).

Por fim, observa-se que diferentes IEs podem apresentar maior disparidade étnico-racial entre os docentes, a partir dos seus contextos históricos, regionais e culturais. Ao que tudo indica, as IEs em São Paulo (IFSP e USP) mostraram maior resistência à adoção de políticas afirmativas para negros em comparação às IEs da Bahia (IFBA e UFBA), onde a população negra é maioria. Também foi possível aferir no recorte analisado, que IEs mais antigas podem enfrentar maiores dificuldades em revisar suas estruturas pré-estabelecidas nos moldes coloniais, eurocentristas e brancos, tanto na USP quanto da UFBA, onde a maioria dos docentes é composta por brancos. Na Tabela 1 é possível observar as IEs mais antigas e tradicionais com número alto de docentes, e os IFs mais jovens e com quantidade menor de docentes.

Tabela 1: Dados das IEs e seus cursos de Arquitetura e Urbanismo analisados

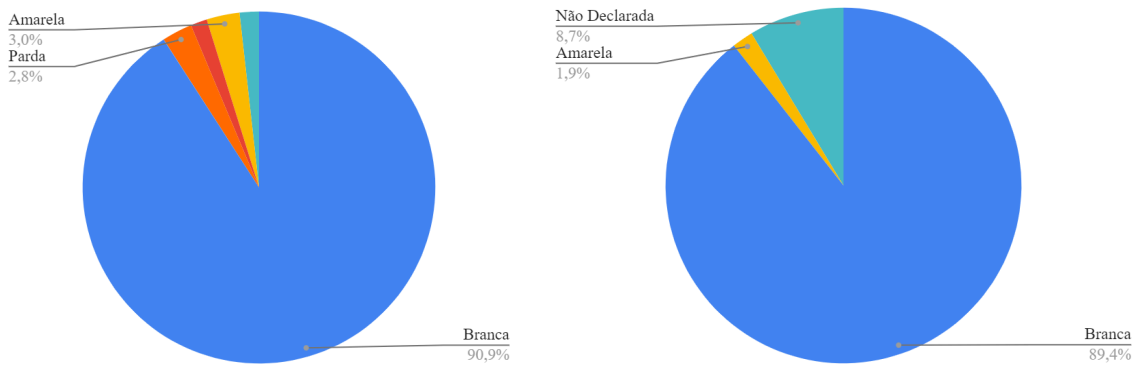
IEs:	USP	UFBA	IFSP	IFBA
Ano de criação:	1934	1808	2008	2008
Ano de criação do curso de AU:	1948	1877	2014	2016
Cidade:	São Paulo, SP	Salvador, BA	São Paulo, SP	Barreiras, BA
Quant. de docentes em AU:	107	96	20	10
Primeiro edital com PPI:	2023	2015	2017	2016

Fonte: Autoras, 2024

Além disso, a segregação racial no meio acadêmico pode ser mais ou menos predominante de acordo também com os cursos específicos. Alguns cursos, como de Arquitetura e Urbanismo e Medicina, por exemplo, são considerados cursos de maior prestígio. Para Queiroz (2004), cursos são considerados de prestígio por diversos fatores, como a demanda e valorização no mercado de trabalho, mas principalmente pelo imaginário social que foi construído em torno dele, ou seja, o que a tradição consolidou. Rodrigues e Cruz (2021), observaram que em cursos de licenciatura, por exemplo, menos valorizados socialmente, apresentam maior número de estudantes negros, enquanto cursos como Medicina, Direito e Arquitetura e Urbanismo os negros são frequentemente uma minoria entre os discentes. Já entre os docentes, nos gráficos 5 e 6 a seguir é possível aferir que tanto na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) quanto na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP a disparidade étnico-racial é muito expressiva, porém, apenas a FFLCH possui algum número de docentes negros. Segundo os dados publicados, na FAU existem 107 docentes, dos quais nenhum se autodeclara preto ou pardo, 89% são brancos e 2% amarelos. Conforme informado, em 2023 o primeiro edital contemplando reserva de vaga para PPI (pretos, pardos e indígenas) foi implementado, e em 2024 a primeira professora negra foi contratada para FAU.

Gráfico 5: Percentual de Docentes por raça/cor na FFLCH - USP em 2022

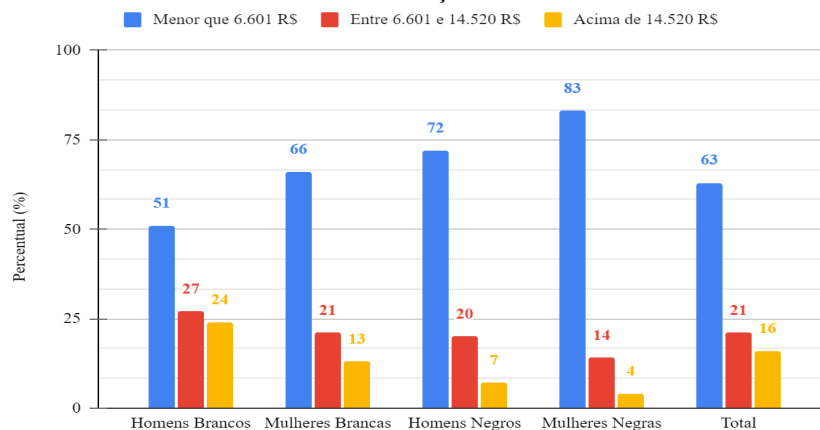
Gráfico 6: Percentual de docentes por raça/cor na FAU-USP em 2022



Fonte: Anuário estatístico da USP, 2023, elaborado pelas autoras

Sendo o curso de Arquitetura e Urbanismo, considerado um curso de maior prestígio, e portanto com baixa representatividade negra no corpo docente, tal dado também se reflete na área profissional. De acordo com os dados do CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) de 2023, em São Paulo, 82,6% dos profissionais se autodeclararam brancos, com apenas 14,3% negros (pretos e pardos) e a faixa salarial das mulheres negras e a base da pirâmide quando os dados de gênero e étnico-raciais são cruzados (Gráfico 7). Na área de Arquitetura e Urbanismo, além das disparidade étnico-raciais, persiste a de gênero, onde o homem branco continua predominando como o arquétipo do arquiteto padrão, enquanto a mulher negra enfrenta exclusão não apenas no ambiente acadêmico, mas também profissional (Rodrigues e Cruz, 2021).

Gráfico 7: Arquitetos e Urbanistas por gênero, raça e faixa salarial dos trabalhos exercidos na área de formação



Fonte: CAU/SP e Cebrap, 2023, elaborado pelas autoras

Cabe frisar que o CAU, em sua atual gestão (2024-2026), conta com a primeira vice-presidente negra, que juntamente com a presença de outros arquitetos e urbanistas negros no conselho do CAU, lutam por maior representatividade e equidade na área. No censo realizado em 2020, a raça e o gênero dos arquitetos e urbanistas brasileiros foram incluídos pela primeira vez no diagnóstico. No último censo realizado no Estado de São Paulo, foi analisada de uma maneira mais ampla os dados étnico-raciais interseccionados com gênero e renda, possibilitando uma análise mais completa e realista. Ademais, em 2023, foi estabelecida uma Comissão Permanente de Políticas Afirmativas. Inicialmente focada em questões de gênero, a comissão expandiu seu escopo para incluir também as questões étnico-raciais, buscando promover maior equidade. Indicando novos rumos de discussões e políticas públicas inseridas na classe profissional de arquitetos e urbanistas brasileiros, reverberando também para outras esferas, como a acadêmica, discutida ao longo desta pesquisa.

CONCLUSÕES

O crescente acesso de estudantes negros no ensino superior, possibilitada por políticas afirmativas como a Lei 12.711/2012, revelou o racismo institucional, anteriormente invisibilizado no ambiente acadêmico. Questionamentos e reivindicações dos estudantes negros seguem crescentes no

que tange ao preparo das Instituições de Ensino (IEs) para receber e validar seus corpos, saberes e vivência, além das reivindicações relacionadas a representatividade negra no corpo docente. Tais questões expandem para as áreas profissionais, impactando conselhos de classe, como o de Arquitetura e Urbanismo (CAU). Após a realização da revisão bibliográfica, pesquisas em plataformas contendo dados demográficos para posterior elaboração de tabelas e gráficos possibilitou a realização de análises do cenário atual de docentes negros nas IEs. É evidente que há uma significativa sub-representação de docentes negros na Academia como todo, mas no recorte da área objeto de estudo desta pesquisa, Arquitetura e Urbanismo em particular, há grande disparidade étnico-racial no corpo docente das IEs variando de acordo com os contextos regionais, históricos e culturais.

A dificuldade em encontrar os dados étnico-raciais dos docentes em diversas IEs públicas demonstra uma falha em reconhecer como a academia ainda é majoritariamente branca, racista, elitista e abarcada sob o racismo estrutural. Ocultar ou dificultar o acesso das pesquisadoras aos dados étnico-raciais nas IEs impossibilita os estudos sobre as IEs e a possibilidade de retificações de políticas públicas já implementadas, mas não totalmente efetivas. A partir desta pesquisa, levanta-se também a hipótese de que IEs mais tradicionais podem apresentar o racismo de forma mais acentuada, por suas práticas elitistas, eurocentristas e coloniais estarem mais enraizadas, sendo necessária uma pressão maior do movimento negro para que ocorra o reconhecimento de tais práticas e para que sejam implementadas mudanças efetivas.

Observa-se também que a luta do movimento negro foi, e ainda é, indispensável para que as políticas públicas ligadas aos direitos da população negra sejam eficientemente implementadas no sistema de ensino público e de qualidade. Não apenas para a graduação, mas também para a pós-graduação, especialização, mestrado e doutorado, e na efetiva contratação de docentes negros. Os corpos negros de estudantes e docentes que estão acessando as IEs continuarão tensionando o sistema opressor da academia, lutando por mudanças estruturais, rumo à construção de uma nova academia e de conhecimentos contra-hegemônicos. A luta por uma academia e conhecimentos, gerados dentro dela, plurais e inclusivos. É apenas o começo de um grande movimento.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

As autoras Giselly Barros Rodrigues e Sophia Fagundes Pires contribuíram com a revisão do trabalho e aprovaram a versão submetida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao PIBIFSP/CNPq pelo financiamento à pesquisa, e à minha orientadora, Giselly Barros Rodrigues, pelo direcionamento acadêmico e por todo o apoio.

REFERÊNCIAS

Ao receber título de Emérito, Kabengele diz que USP dobrou-se ao darwinismo social; em agressiva “fala do trono”, Maria Arminda polemiza com o homenageado. In: **Adusp**. [S. l.], 15 jun. 2023. Disponível em: <https://adusp.org.br/universidade/kabengele-emerito/>. Acesso em: 3 mar. 2024.

GONÇALVES, Renata; AMBAR, Gabrielle. A questão racial, a universidade e a (in)consciência negra. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 19, ed. 34, p. 202-213, 15 jun. 2015.

NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão. O Lugar das Professoras Negras na Universidade Federal de Santa Catarina. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2017.

OLIVEIRA, Iolanda de. **Educação, cidadania e negritude: implicações na formação continuada de profissionais do magistério**. Africanidade(s) e Afrodescendência(s): perspectivas para a formação de professores, [s. l.], 2013.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. O Negro e a Universidade Brasileira. **História Actual Online**, [s. l.], 15 fev. 2004.

RODRIGUES, Giselly Barros; CRUZ, Francielly Ferreira. NEGROS E MULHERES NA ARQUITETURA E URBANISMO. **Divergências e Convergências: Arquitetura, Urbanismo e Design**, [s. l.], p. 178-191, 2021.